

Legião de anônimos

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

Há três anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse qual seria a fórmula para que todas as crianças brasileiras tivessem registro de nascimento até o fim do seu mandato. Na época, Lula ficou estupefocado ao saber que milhares de crianças não tinham acesso ao primeiro documento de vida. "O compromisso de dar registro a todas elas até o fim do governo é perfeitamente executável. Não é uma questão de dinheiro", enfatizou o presidente ao atribuir como solução para o problema uma ação conjunta da sociedade, da União, dos estados, dos municípios, da Igreja e dos cartórios. O compromisso foi assumido por Lula no Palácio do Planalto. Mas as palavras não ecoaram o suficiente para resolver o problema.

Apesar de ter criado o Plano Nacional para Registro Civil, o governo federal não conseguirá erradicar o sub-registro civil no país até o fim deste ano. A estimativa é da Agência Nacional dos Direitos da Infância (Anidi), a partir de meta estabelecida pelo plano. O objetivo era que toda unidade da federação tivesse um índice de sub-registro inferior a 5%, em outubro deste ano.

Mas, segundo o último levantamento fechado em 2004, apenas dois estados (São Paulo e Mato Grosso do Sul) e o Distrito Federal estão com percentuais de sub-registro dentro do previsto. A pior situação é a da região Norte, onde há unidades em que quase metade dos nascidos vivos não tem certidão de nascimento. De acordo com este levantamento, existe no país um total de 2,8 milhões de crianças sem documentos. Uma multidão de anônimos que corresponde a 16% dos que nasceram vivos no país.

Em dezembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai divulgar as novas Estatísticas do Registro Civil, mas a previsão é de que a queda não será significativa. "Falta acesso à cidadania", afirma o gerente de estatísticas do IBGE, Cláudio Dutra Crespo.

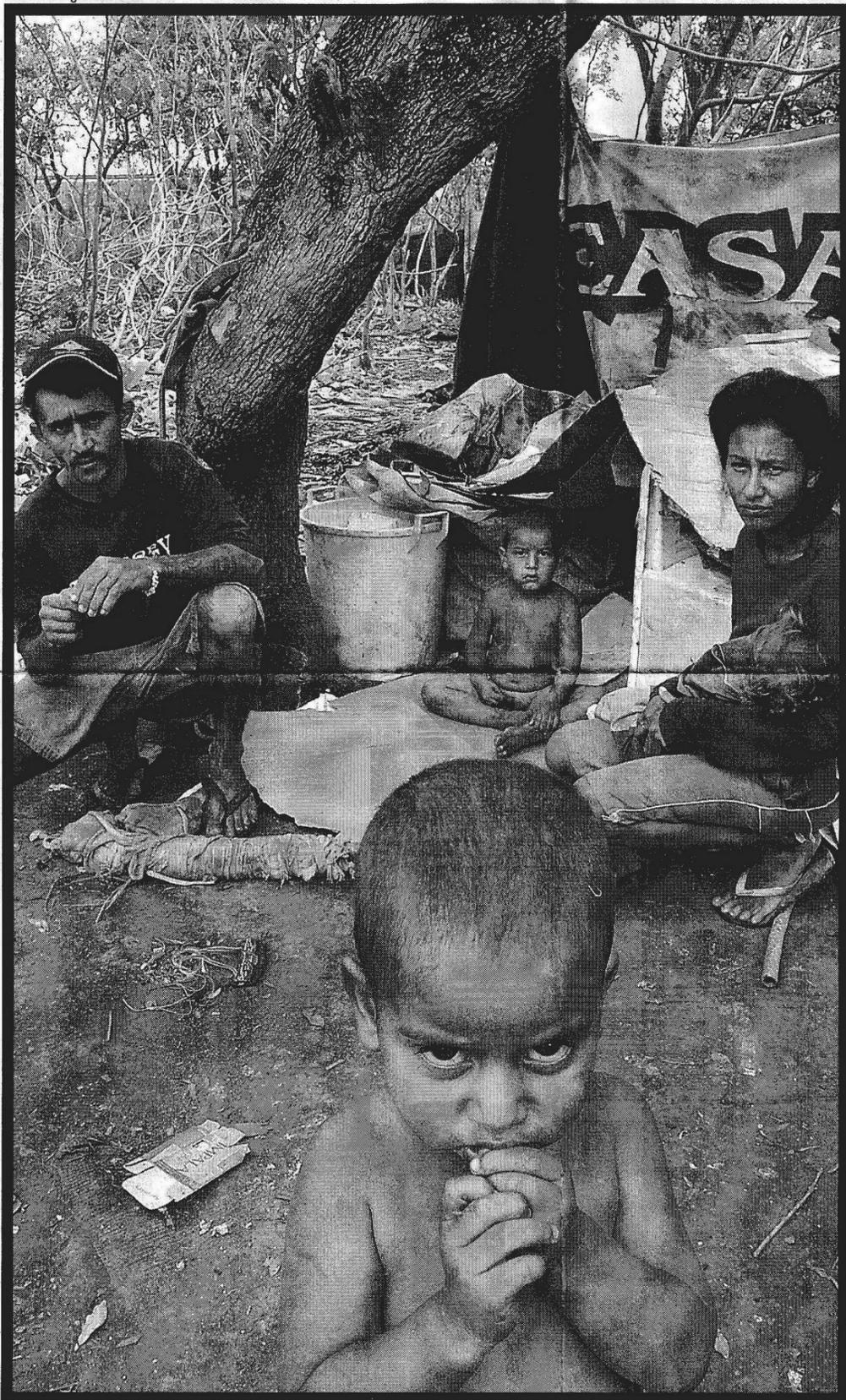
Queda no Sul

Para o presidente da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), José Emygdio de Carvalho Filho, falta os governos estaduais garantirem a sustentabilidade do serviço. Carvalho não tem dúvidas de que o governo não vai erradicar o problema este ano. "Isso foi um sonho. Nós, registradores, sabíamos que era difícil."

O choque de realidade nos planos do governo tem por base o acompanhamento dos registros de nascimentos em cartórios de todo o Brasil. Segundo Carvalho, haverá redução do sub-registro, mas não nos níveis previstos pelo governo federal. "Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul devem registrar 5% de sub-registro em 2005", adianta.

Segundo ele, os estados de Roraima e Acre vão apresentar melhoras, mas a dificuldade de locomoção e o acesso ao serviço são as principais barreiras para o cumprimento da meta. "Pará e Amazonas também vão melho-

Edilson Rodrigues/CB



TODOS SEM DOCUMENTO: PAI DE QUATRO FILHOS, IDERLÂNDIO ALVES NÃO LEMBRA A DATA EM QUE OS FILHOS NASCERAM

rar, mas estão longe do ideal", diz. Apesar da Secretaria Especial de Direitos Humanos destacar que houve progressos no registro de crianças no Maranhão, o presidente da Arpen diz que são avanços pontuais. A unidade ocupa o terceiro lugar na lista dos estados com maior índice de sub-registro no país.

Embora o Distrito Federal tenha índice de registro de nascimento (0,6%) melhor do que o esperado pelo presidente Lula, Brasília abriga exemplos lamentáveis de exclusão social. O caso do catador de papel Iderlândio Alves de Lima, 29 anos, é um deles. Dos quatro filhos, dois nasceram em Brasília e não têm registro. "Quando o Ronaldo (3 anos) e o Gabriel (1 ano) nasceram, recebi um papelzinho amarelo no hospital para registrar, mas perdi. Passou um pessoal aqui numa kombi explicando o que eu tinha de fazer. Achei complicado", conta. O catador diz não lembrar o dia em que os filhos nasceram. "Vão me cobrar a data e eu não lembro."

Natural de Iguatu, no Ceará,

Iderlândio vive há seis anos em Brasília. Chegou com a mulher Luisa, 23, a filha mais velha Paula, 6, e Luciano, 4, para morar em um barraco na Estrutural. A família sobrevive de reciclar lixo. Segundo o catador, no momento, todos da família estão sem documento, inclusive ele. "Perdemos em uma viagem", alega. Iderlândio não sabe nem que a certidão de nascimento é um documento exigido para a matrícula dos filhos na escola.

Ausência do Estado

De acordo com o gerente do IBGE, a ausência do Estado em várias áreas é uma das responsáveis pela multidão de crianças sem documentação. "A informação é desajustada para uma parcela da população e falta acesso à saúde e à Justiça", lamenta. Crespo também ressalta as dimensões geográficas do Brasil como fator determinante para o sub-registro. "O Norte é a região mais crítica", diz. Para Crespo, as ações de governo ajudaram a reduzir o problema, mas não dá para dizer que o sub-registro acabou.

É no Norte e no Nordeste onde estão os maiores índices de sub-registro. O ranking é liderado pelo Amazonas, onde quatro em cada 10 bebês nascidos vivos não têm certidão de nascimento. Logo atrás está o Pará, com 37,6%, e o Maranhão (35%). Estes números são relativos aos nascidos em 2004 e que não haviam sido registrados até o primeiro semestre de 2005. Por ano, nascem 550 mil bebês no país.

Para a socióloga Ana Liése Thurler, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), o combate ao sub-registro precisa vencer fatores culturais como o preconceito. "O não reconhecimento paterno é um fator de agravo", avalia a especialista. De acordo com Liése, a criança brasileira que não é filha do "marido da mãe" ainda corre o risco de ficar somente com a filiação materna estabelecida, e até mesmo sem qualquer registro de nascimento. "A mãe fica a espera de que o pai reconheça a paternidade para retirar o documento", diz.